



Fim da correção põe em risco o Real

■ Economistas alertam: fim do IPC-r, da Ufir e da TR sem queda expressiva da inflação pode comprometer todo o programa

CÓRiolano GATTO
E LUCILA SOARES

O fim da indexação na economia, previsto para o início do governo Fernando Henrique Cardoso, vai pôr em risco o Plano Real e reduzirá bastante as receitas públicas. Pela proposta imaginada no Ministério da Fazenda, o IPC-r — a inflação oficial que corrige os salários —, a Ufir — que reajusta todos os impostos — e a TR — que indexa a caderneta de poupança — serão extintos já no mês de janeiro. Como a inflação permanece em um nível elevado — em dezembro ficará próxima dos 2,5% —, a desindexação forçada comprometerá todo o programa.

Essa foi a conclusão da maioria dos participantes do *Balanço Mensal*, promovido pelo JORNAL DO BRASIL, que reuniu os economistas Mário Henrique Simonsen, Dionísio Dias Carneiro (PUC-RJ), Carlos Longo (USP), José Márcio Camargo, Rogério Werneck e o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. O professor Simonsen resumiu a impressão dos participantes:

“A ênfase está colocada em um lugar errado por uma razão: aquela indexação psicodélica que havia no Brasil, em base diária, era um promissor realimentador da inflação. Agora, não adianta querer imaginar que a população brasileira é um bando de imbecis, capaz agora, graças a um passe de mágica de economistas, de esquecer do passado de inflação.”

“Eu aprendi com o professor Simonsen que a indexação tem dois efeitos, diz Camargo: ela segura a inflação e impede que se acelere. À medida que a inflação cai, a indexação também está caindo. Agora, se a inflação está se acelerando, é um equívoco tirar a indexação.”

Tarifas — Camargo emenda,

lembrando que os preços públicos começam a ficar defasados — é bom lembrar que o IPC-r acumulado de julho a dezembro ficará em torno de 23%. Em compensação, os trabalhadores com data-base neste período estarão com um maior poder de compra. Camargo chama a atenção para um problema curioso: a lei salarial, na prática, serve para conter os aumentos salariais, enquanto muitas empresas, que não seguem a legislação, vêm concedendo reajustes fora da data-base.

No bom português: a desindexação apressada pode ser prejudicial à condução do plano. “Qualquer tentativa de desindexar sem anestesia vai ser um problema”, afirma.

Impostos — Além dos salários, a outra armadilha que espera o governo fica por conta dos impostos. Afinal, a extinção atingirá em cheio a arrecadação, pois a inflação permanece, no curto prazo, em um horizonte que ultrapassa os 2%.

O professor Carlos Longo aponta as suas baterias em outra direção. Ele menciona que antes da entrada em vigor do real havia um desalinhamento grande de preços. Com o plano, essa enorme distorção permaneceu.

Wanderley Guilherme dos Santos amplia o foco sobre a economia, citando Maquiavel e mirando em Fernando Henrique, que terá pela frente um rombo de US\$ 10 bilhões nas contas públicas, e grandes reformas a serem feitas. “O ‘príncipe’ precisa fazer um balanço entre a satisfação e a insatisfação para que seja mais negócio político continuar apoiando do que passar para a oposição. Esse cálculo é fino e não está nos manuais. Isso é de pele, tem que se sentir longe. E nisso o novo presidente é exímio.”